

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDERSON CORRÊA BENFATTO

**UMA ABORDAGEM GERAL E EXEMPLIFICATIVA SOBRE AS PRINCIPAIS
ETAPAS DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CRICIÚMA

2014

ANDERSON CORRÊA BENFATTO

**UMA ABORDAGEM GERAL E EXEMPLIFICATIVA SOBRE AS PRINCIPAIS
ETAPAS DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de Bacharel no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador. Prof. Esp. Edson Cichella

CRICIÚMA

2014

ANDERSON CORRÊA BENFATTO

**UMA ABORDAGEM GERAL E EXEMPLIFICATIVA SOBRE AS PRINCIPAIS
ETAPAS DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com linha de pesquisa em contabilidade gerencial.

Criciúma, 07 de Julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Edson Cichella - Especialista - (UNESC) - Orientador

Prof. Manoel Vilsonei Menegali -Especialista - (UNESC) - Examinador

Aos meus pais Mario e Maria, pelo exemplo de vida e amor a mim transmitido. A vocês dedico esta vitória.

AGRADECIMENTOS

Meus votos de agradecimento pela conquista dessa importante etapa de minha vida vão primeiramente a Deus, por proporcionar saúde e força em todos os momentos de minha vida. Sendo a motivação de todas as minhas escolhas.

Aos meus pais tão amados, alicerces de minha formação e inspiração eterna. Aos meus irmãos. Obrigado Senhor, por esse amor que recebo e carrego comigo.

Ao meu gerente Rafael Lopes, por sua paciência e dedicação, que mesmo em meio de tantos compromissos sempre disponibilizou tempo para esclarecer minhas dúvidas.

Aos professores que me proporcionaram um novo conhecimento, os quais foram imprescindíveis para o alcance de meus objetivos. Em especial, ao meu orientador Prof. Edson Cichella.

Agradeço a todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos e/ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, agradeço a todos.

“Tudo é possível ao que crer.”

Marcos 9:23

RESUMO

O presente trabalho trata do processo de recuperação judicial de empresas, com exemplificação de suas principais etapas. Tem por objetivo descrever os principais estágios, demonstrar o processo e apresentar diagrama das principais etapas do processo de recuperação judicial. A recuperação judicial e a falência estão amparadas pela Lei nº 11.101/2005 substituindo o antigo decreto lei nº 7.661/45 denominada de lei de falências e concordatas. O estudo aborda inicialmente a evolução histórica do direito falimentar, seguindo por amparo bibliográfico da lei de recuperação judicial. Por meio de estudo de caso, pretendem-se destacar exemplos processuais práticos referentes às principais etapas e procedimentos para a elaboração de um processo de recuperação judicial e sua aplicabilidade na empresa Carbonífera Catarinense Ltda. Buscando-se demonstrar quais os pontos e etapas mais importantes de um processo de recuperação judicial.

Palavra-Chave: Recuperação Judicial, Lei nº 11.101/2005, processo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pedido.....	32
Figura 2 – Petição assinada pelo advogado.....	33
Figura 4 – Petição inicial - Demonstrativos contábeis.....	35
Figura 5 – Petição inicial - Relevância social.	36
Figura 6 – Petição inicial - Motivos que levaram ao pedido da R.J.	37
Figura 7 – Processamento - Deferimento.....	38
Figura 8 – Processamento - Principais efeitos.	39
Figura 9 – Processamento - Publicação da decisão.	40
Figura 10 – Processamento- Nomeação do administrador judicial.	41
Figura 11 – Plano de recuperação judicial - Capa.....	42
Figura 12 – Meios de recuperação judicial - Inciso I Art. 50.....	43
Figura 13 – Meios de recuperação judicial - Inciso XI Art. 50.	44
Figura 14 – Ata da assembleia geral de credores - Qualificação.	45
Figura 15 – Ata da assembleia geral de credores - Aprovação do plano.	46
Figura 16 – Publicação da homologação da decisão do Juízo.	47
Figura 17 – Diagrama das principais etapas do processo de recuperação judicial. ...	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART - Artigo

CPC - Código de Processo Civil

CTN - Código Tributário Nacional

Dr. - Doutor

Dra. – Doutora

Exm^a. Excelentíssima

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

LTDA – Limitada

Prof. - Professor

RJ - Recuperação Judicial

S.A - Sociedade Anônima

Sr. - Senhor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	11
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 BREVE ESTUDO DA EVOLUÇÃO DO DIREITO FALIMENTAR	13
2.2 DISPOSIÇÕES COMUNS À RJ E AO DIREITO FALIMENTAR BRASILEIRO ...	14
2.3 NOÇÕES GERAIS SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	15
2.3.1 Considerações iniciais sobre a recuperação judicial	15
2.3.2 Pedido da recuperação judicial.....	16
2.3.2.1 Requisitos específicos.....	16
2.3.2.2 Legitimidade ativa	18
2.3.2.3 Credores abrangidos	18
2.3.2.4 Petição Inicial	19
2.3.2.5 Requisitos estruturais	20
2.4 PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	21
2.4.1 Efeitos da decisão	21
2.4.2 Administrador judicial.....	22
2.4.3 Plano de recuperação judicial	24
2.4.4 Meios de recuperação judicial	25
2.4.5 Representação dos credores	26
2.4.6 Assembleia geral de credores.....	26
2.4.7 Comitê de credores	27
2.4.8 Deferimento da recuperação judicial.....	27
3 METODOLOGIA	29
3.1 METODOLOGIAS DA PESQUISA	29
3.2 PROCEDIMENTOS EMPREGADOS NA PESQUISA	30
4 ESTUDO DE CASO	31
4.1 EMPRESA ESTUDADA	31
4.2 PETIÇÃO INICIAL	31
4.2.1 Petição Inicial - Pedido	32
4.2.2 Petição Inicial - Requisitos específicos.....	33

4.2.3 Petição Inicial – Relevância social.....	35
4.2.4 Petição Inicial – Motivos que levaram ao pedido da R.J.....	36
4.3 PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	37
4.3.1 Deferimento do processamento.....	37
4.3.2 Administrador judicial.....	40
4.4 PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	41
4.4.1 Meios de recuperação judicial	42
4.5 ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES	44
4.5.1 Aprovação do plano pela assembleia geral de credores.....	45
4.6 HOMOLOGAÇÃO DO JUIZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PUBLICAÇÃO	46
4.7 DIAGRAMA DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIA	50
ANEXO(S).....	52

1 INTRODUÇÃO

Será abordado neste capítulo o tema de Recuperação Judicial de empresas. Na sequência veremos o problema, justificativa ratificando e deixando explícito as intenções que levaram a escolha deste tema.

1.1 TEMA E PROBLEMA

As empresas e organizações de grande e médio porte enfrentam normalmente ao longo de sua existência várias dificuldades, sendo uma delas de honrar suas dívidas, ocasionadas por vários fatores, desde a má administração à crise no mercado financeiro. Diante de tal realidade, as empresas recorriam à justiça com pedido de falência com base no decreto lei 7.651/45, acarretando vários transtornos à economia e a sociedade, uma vez que algumas organizações tinham grande relevância nestes cenários.

Com o passar do tempo, se fez necessário rever esta realidade, assim com a aprovação da lei 11.101/05 as empresas puderam ingressar com pedido de recuperação judicial.

A partir do advento desta lei percebe-se a oportunidade que as empresas têm de utilizar-se de tal recurso legal como forma de se manterem no mercado. Isso porque na lei 11.101/05 encontram-se os meios de recuperação judicial, meios esses que em regra não poderiam ser utilizados sem que o pedido de recuperação judicial fosse deferido, que proporciona à empresa, por exemplo, aumento de prazos de pagamento, diminuição de folha de pagamento, renegociação das taxas de empréstimos e aumento do capital social. Isso resulta no aumento dos índices de liquidez corrente, uma vez que os empréstimos diminuem e o capital próprio aumenta.

Diante do que foi explanado levanta-se a seguinte questão a ser estudada: Quais os pontos e etapas mais importantes do processo de recuperação judicial?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo geral deste estudo consiste em explanar as principais etapas

para o pedido da recuperação e os principais efeitos do processamento após deferimento. Utilizando a legislação vigente e a doutrina atual do direito empresarial.

Os objetivos específicos consistem em:

- Descrever os principais estágios da recuperação judicial.
- Demonstrar o processo de recuperação judicial da empresa estudada.
- Apresentar diagrama das principais etapas e passos do processo.

1.3 JUSTIFICATIVA

Algumas empresas podem sobreviver por muito tempo em uma situação difícil, não sendo necessários se utilizar dos direitos proporcionados pela lei 11.101/05, mas, com o advento desta ferramenta, se dá oportunidade das empresas se manterem no mercado, não prejudicando a macro e micro economias, que é de suma importância para manutenção social.

O tema a ser estudado, tem relevância tanto de cunho acadêmico como econômico-social, uma vez que empresas e organizações alimentam a economia levando condição financeira a todas as áreas da sociedade, com isso se essas grandes e médias organizações falirem haverá uma desordem de grandes proporções atingindo todas as classes sociais.

É obrigação do Estado salvaguardar essas mantenedoras sociais com recursos e condições, para que haja vida e ordem na nação e não menos importante, são pouco os estudos sobre o tema abordado, podendo divulgar ainda mais tais soluções e aprimorar as suas aplicações, deixando um legado de nova gestão importante às gerações futuras, com a aplicação deste.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A falência no decorrer da história está estritamente ligada ao dever e a obrigação do indivíduo em relação às autoridades e a de indivíduos que reclamavam seus direitos. Com isso, se fez necessário rever, em cada estágio econômico e histórico, a maneira e a forma em que o falido devia pagar suas obrigações exigindo o direito falimentar a evoluir. No capítulo decorrente será abordada uma breve história desta evolução, com algumas observações em comum da falência em relação à recuperação judicial.

2.1 BREVE ESTUDO DA EVOLUÇÃO DO DIREITO FALIMENTAR

De acordo com Almeida (2009), a falência estava correlacionada ao dever da obrigação, respondendo ao credor com a prisão ou com sua vida, como por exemplo, no direito quiritário, em que o devedor pagava sua dívida permanecendo como escravo ao credor, e se mesmo assim não fosse quitado, ele era morto ou esquartejado e entregue suas partes aos credores.

Como escreve Bezerra Filho (2007) com o surgimento da *Lex Poetelia Papiria*, se torna proibida a execução ou escravizar o devedor, podendo até quitar suas dívidas apenas com o seu patrimônio.

De acordo com Almeida (2009), na idade média o devedor era levado a juízo, onde os credores se habilitavam, para que, uma vez condenado o falido, pudessem os credores ter direito aos bens, qualificando a falência nesta época como delito, podendo também o devedor ser preso, mutilado ou morto.

Segundo Almeida (2009), com o surgimento do código comercial francês de 1807, influenciado de maneira expressiva por Napoleão Bonaparte, trouxe grande evolução ao direito comercial da época, tornando o comerciante um sujeito importante econômico-socialmente, abrandando o rigor da legislação, fazendo grande distinção do devedor honesto e desonesto, dando o direito a favores em relação às dívidas existentes.

Como escreve Almeida (2009), a evolução do Direito falimentar no Brasil inicia quando ainda era colônia, onde as leis eram regidas por Portugal, se iniciando com a Ordenação Afonsinas que não cuidavam da “quebra do comerciante”, só mais

tarde com aprovação das Ordenações Filipinas se executa pena de reclusão para o falido.

Segundo Almeida (2009), com a promulgação do Alvará de 13 de novembro de 1756 por Marquês de Pombal, há de fato a regularização de um processo falimentar, onde o falido pagava suas dívidas com a venda de seus bens, tendo o direito de ficar com 10% para o sustento de sua família, entretanto se a falência fosse comprovadamente fraudulenta o falido era recluso e se iniciava o processo penal.

Ainda conforme Almeida (2009), mesmo com a proclamação da independência, quem normatizava o direito comercial eram as leis portuguesas, porém em 1850, surge o Código Comercial brasileiro, que na sua terceira parte cuidava “Das Quebras”, sendo substituída pelo decreto n. 917, de 24 de novembro de 1890.

Sendo o decreto anterior citado não suficiente para impedir abusos e fraudes, é substituído pela lei n. 859, de 16 de agosto de 1902, revogada posteriormente em 1890 pela lei n. 2.024. (Almeida, 2009),

Como escreve Almeida (2009), com a revisão da lei 2.024 pelo decreto 5.746, de 9 de dezembro de 1929, ficando revogada, dando lugar a lei 7.661 promulgada em 21 de junho de 1945, com várias mudanças significativas em relação ao direito falimentar, ficando em vigor até a promulgação da lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que é a norma vigente.

2.2 DISPOSIÇÕES COMUNS À RJ E AO DIREITO FALIMENTAR BRASILEIRO

Para Harada (2006), na recuperação judicial e na falência não serão cobrados as obrigações gratuitas do devedor, e as despesas que os credores desembolsaram para se habilitar nos créditos, sendo que o deferimento da recuperação e a decretação da falência suspende todas as ações e execuções, pelo prazo de 180 dias, exceto na execução fiscal.

Conforme o artigo 6º da lei 11.101/2005:

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário [...].

§ 4o Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial [...].

§ 7o As execuções de natureza fiscal não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica [...].

Ao contrário da falência na recuperação judicial, são suspensas as ações e execuções por 180 (cento e oitenta dias).

2.3 NOÇÕES GERAIS SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Quem regula e disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência é a Lei nº11.101 de 9 de fevereiro de 2005 , normatizada por meio dos seus 201 artigos.

Segundo Coelho (2013), nem todas as empresas merecem ou devem ser recuperadas, pois o processo de recuperação judicial pode acarretar, também, a sociedade grande transtornos.

Diante do citado conforme (Coelho, 2013), somente as empresas com relevância social e que tem possibilidade de reversão de quadro de dívidas devem ser recuperadas. Não havendo tal condição, o melhor é que se execute a falência

2.3.1 Considerações iniciais sobre a recuperação judicial

Para Tomazette (2012), a Lei 11.101/2005 têm com principal objetivo manter o princípio da continuidade, que identifica que toda empresa nasce para sempre, utilizando de vários meios para que a empresa sobreviva a crise econômica e financeira , cabendo ao estado a supervisão judicial destinada a reorganização da empresa para manter seu funcionamento e evitar a falência.

E o que explana o art. 47 da lei nº 11.101/2005:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo assim, a preservação da empresa sua função social e o estímulo a atividade econômica

Por meio desta lei, as empresas obtêm a chance de se reorganizar e ganhar um novo fôlego nas questões econômico-financeiras.

2.3.2 Pedido da recuperação judicial

Segundo Tomazette (2012), seja qual for à origem da recuperação judicial, ela dependerá da concessão única e restrita do poder judiciário, que deverá ser movida através de ação judicial, não por ofício, e que será ajuizada no juízo competente, seguindo o rito determinado pela lei n. 11.101/2005.

Uma vez observados os passos referente à legitimidade e a petição inicial, recebe o deferimento do juiz que despacha iniciando a fase do postulatório.

Conforme Coelho (2011, p.423):

[...] o juiz proferirá o despacho mandando processar a recuperação judicial. Note-se que esse despacho não se confunde com a ordem de autuação ou outros despachos de mero expediente. Não se confunde também com a decisão concessiva da recuperação judicial. O pedido de tramitação é acolhido no despacho de processamento, em vista apenas de dois fatores — a legitimidade ativa da parte requerente e a instrução nos termos da lei. Ainda não está definido, porém, que a sociedade devedora é viável e, portanto, tem o direito ao benefício.

É importante destacar que a fase de postulatório não é a decisão definitiva da concessão da recuperação judicial, mas a confirmação dos requisitos processuais e da legitimidade do direito do requerente.

2.3.2.1 Requisitos específicos

O direito de requerer a recuperação judicial reserva aos empresários e as sociedades empresarias em geral, conforme normatiza o artigo primeiro da lei n° 11.101/05, que diz:

Art. 1º Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor.

Têm-se como definição de empresário o disposto no Artigo 966 do Código Civil:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

É importante destacar, entre as afirmações, que mesmo exercendo profissionalmente atividade econômica organizada, nem toda organização ou sociedade empresaria pode-se utilizar deste direito conforme artigo segundo da Lei 11.101/05:

Art. 2º Esta Lei não se aplica a:
 I – empresa pública e sociedade de economia mista;
 II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

Referente ao art. 2º da Lei 11.101/05, Bezerra Filho (2008) comenta que algumas instituições financeiras, como cooperativas de crédito, administradoras de consórcio, sociedades seguradoras, sendo elas pública ou privada, não tem o direito a recuperação judicial, cabendo à responsabilidade de intervir ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central, sendo que uma vez decretada a falência destas entidades, pode-se gerar uma crise de confiabilidade em todo um sistema. A estas instituições se aplica legislação própria para normatizar sua falência.

Para que se possa requerer diante de juízo o direito da recuperação judicial, o empresário ou a sociedade empresaria necessita observar alguns requisitos.

Conforme o art.48 da Lei 11.101/05 diz:

Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:
 I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;
 II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;
 III – não ter, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;
 IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.
 Parágrafo único. A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.

É necessário também que o requerente tenha seu registro de empresa devidamente regularizado, conforme normatiza o Art. 967 do Código Civil que diz:

Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

2.3.2.2 Legitimidade ativa

Para Tomazette (2012), cumprindo todos os requisitos específicos, cabe ao próprio empresário formular o pedido, não se podendo utilizar de preposto, a não ser por procuração convencional. No caso de empresário individual, a decisão é da própria pessoa física, já no caso de sociedade empresaria a decisão e o pedido será formalizado pelos administradores. Todavia, o pedido formal dependerá da vontade dos sócios ou acionistas.

É importante destacar que não só o empresário e as sociedades empresarias tem legitimidade ativa para requerer a recuperação judicial, também se dá este direito aos herdeiros, cônjuges, inventariantes e sócio remanescente, conforme o parágrafo único do inciso IV do Art. 48 da Lei 11.101/05, que diz:

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei. Parágrafo único. A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.

A lei requer que o empresário seja idôneo e que também poderá ser requerida a recuperação judicial pelos seus prepostos.

2.3.2.3 Credores abrangidos

Para Tomazette (2012), estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes até a data do pedido, sendo levado em conta o fato gerador, a data de emissão e a data da conclusão de contratos.

O art. 49 da Lei nº 11.101/05 é quem normatiza os créditos abrangidos:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
I - os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.
II - as obrigações anteriores à recuperação judicial observarão as condições originalmente contratadas ou definidas em lei, inclusive no que diz respeito aos encargos, salvo se de modo diverso ficar estabelecido no plano de recuperação judicial.

III - tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

IV - não se sujeitará aos efeitos da recuperação judicial a importância a que se refere o inciso II do art. 86 desta Lei.

V - tratando-se de crédito garantido por penhor sobre títulos de crédito, direitos creditórios, aplicações financeiras ou valores mobiliários, poderão ser substituídas ou renovadas as garantias liquidadas ou vencidas durante a recuperação judicial e, enquanto não renovadas ou substituídas, o valor eventualmente recebido em pagamento das garantias permanecerá em conta vinculada durante o período de suspensão de que trata o § 4º do art. 6º desta Lei.

Segundo Tomazette (2012), os créditos posteriores à data do pedido são importantes, mas tais créditos não entram na recuperação.

2.3.2.4 Petição Inicial

Conforme Tomazette (2012), o judiciário só atuará no processo por meio de uma provocação que se dará, por meio de petição inicial, que por sua vez é o instrumento necessário para dar início ao processo de recuperação judicial.

Esta petição deve seguir os moldes do art. 282 do CPC:

Art. 282 - A petição inicial indicará:

I - o juiz ou tribunal, a que é dirigida;

II - os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido, com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII - o requerimento para a citação do réu

Conforme Almeida (2009) é necessário que esta petição seja subscrita por advogado, que contenha em seu nome procuração para foro geral

2.3.2.5 Requisitos estruturais

Cumprindo os requisitos obrigatórios exigidos pelo art. 282 do CPC, a petição inicial deverá constar alguns documentos citados no art. 51, que são:

Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:

I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;

II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

a) balanço patrimonial;

b) demonstração de resultados acumulados;

c) demonstração do resultado desde o último exercício social;

d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;

III – a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;

IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;

V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;

VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;

VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;

VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;

IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.

§ 1º Os documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, na forma e no suporte previstos em lei, permanecerão à disposição do juízo, do administrador judicial e, mediante autorização judicial, de qualquer interessado.

§ 2º Com relação à exigência prevista no inciso II do caput deste artigo, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão apresentar livros e escrituração contábil simplificados nos termos da legislação específica.

§ 3º O juiz poderá determinar o depósito em cartório dos documentos a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo ou de cópia destes.:

Dando ênfase aos demonstrativos contábeis necessários para compor o pedido da concessão da recuperação judicial.

2.4 PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Como afirma Bezerra Filho (2008), se a petição inicial cumprir todos os requisitos legais do art. 51, cabe ao Juiz dar andamento ao processo, dando-lhe o despacho conferindo o deferimento do processamento, conforme norteia o art. 52 da lei 11.101/05, que diz:

Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e,[..].

Conforme Tomazette (2012) cabe-se ressaltar que o despacho e o deferimento do processamento têm caráter inicial de preencher os requisitos legais, não representando a concessão da recuperação judicial à empresa.

2.4.1 Efeitos da decisão

Os efeitos do processamento estão enumerados no art. 52 da lei 11.101/05, que diz:

Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:

I – nomeará o administrador judicial, observado o disposto no art. 21 desta Lei;

II – determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observando o disposto no art. 69 desta Lei;

III – ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei; IV – determinará ao devedor a apresentação de contas demonstrativas

mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

V – ordenará a intimação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento.

§ 1º O juiz ordenará a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, que conterá:

I – o resumo do pedido do devedor e da decisão que defere o processamento da recuperação judicial;

II – a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito;

III – a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art. 7º, § 1º, desta Lei, e para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor nos termos do art. 55 desta Lei.

§ 2º Deferido o processamento da recuperação judicial, os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembléia-geral para a constituição do Comitê de Credores ou substituição de seus membros, observado o disposto no § 2º do art. 36 desta Lei.

§ 3º No caso do inciso III do caput deste artigo, caberá ao devedor comunicar a suspensão aos juízos competentes.

§ 4º O devedor não poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembleia-geral de credores.

Como afirma Tomazette (2012) é importante ressaltar alguns pontos em relação aos efeitos da decisão em juízo do processamento, como a nomeação do administrador judicial para atuar no processo com o caráter de fiscal do juízo e não de gestor. Determina, também, o juiz a dispensa de todas as certidões negativas e a suspensão de todas as ações e execuções em andamento pelo prazo de 180 dias.

2.4.2 Administrador judicial

Segundo Coelho (2011), a figura do administrador judicial surge no momento em que o juiz competente deferiu o processamento da recuperação judicial, tem como função essencial auxiliar o juízo e de acompanhar e fiscalizar o processo de recuperação judicial.

Por exercer tamanha responsabilidade o administrador judicial deve ter alguns atributos, como afirma Coelho (2011, p.418).

O administrador judicial deve ser pessoa idônea, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas, contador ou pessoa jurídica especializada. Estão, porém, impedidos de exercer a função os que anteriormente não a desempenharam a contento. Quem, nos 5 anos anteriores, exerceu a função de administrador judicial ou membro de comitê em processos de falência ou recuperação judicial e dela foi destituído, deixou de prestar contas ou teve reprovadas as que prestou, está impedido de ser nomeado para a função. Também há impedimento que veda a nomeação de pessoas com vínculo de parentesco ou afinidade até terceiro grau com qualquer dos representantes legais da sociedade empresária requerente da recuperação judicial, amigo, inimigo ou dependente destes.

Quem confere as competências de fiscalizar, acompanhar e suas demais atribuições é o art. 22 da lei 11.101/05:

Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe:

I – na recuperação judicial e na falência:

- a) enviar correspondência aos credores constantes na relação de que trata o inciso III do caput do art. 51, o inciso III do caput do art. 99 ou o inciso II do caput do art. 105 desta Lei, comunicando a data do pedido de recuperação judicial ou da decretação da falência, a natureza, o valor e a classificação dada ao crédito;
- b) fornecer, com presteza, todas as informações pedidas pelos credores interessados;
- c) dar extratos dos livros do devedor, que merecerão fé de ofício, a fim de servirem de fundamento nas habilitações e impugnações de créditos;
- d) exigir dos credores, do devedor ou seus administradores quaisquer informações;
- e) elaborar a relação de credores de que trata o § 2º do art. 7º desta Lei;
- f) consolidar o quadro-geral de credores nos termos do art. 18 desta Lei;
- g) requerer ao juiz convocação da assembléia-geral de credores nos casos previstos nesta Lei ou quando entender necessária sua ouvida para a tomada de decisões;
- h) contratar, mediante autorização judicial, profissionais ou empresas especializadas para, quando necessário, auxiliá-lo no exercício de suas funções;
- i) manifestar-se nos casos previstos nesta Lei;

II – na recuperação judicial:

- a) fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação judicial;
- b) requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação;
- c) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor;
- d) apresentar o relatório sobre a execução do plano de recuperação, de que trata o inciso III do caput do art. 63 desta Lei;

III – na falência:

- a) avisar, pelo órgão oficial, o lugar e hora em que, diariamente, os credores terão à sua disposição os livros e documentos do falido;
- b) examinar a escrituração do devedor;
- c) relacionar os processos e assumir a representação judicial da massa falida;
- d) receber e abrir a correspondência dirigida ao devedor, entregando a ele o que não for assunto de interesse da massa;
- e) apresentar, no prazo de 40 (quarenta) dias, contado da assinatura do termo de compromisso, prorrogável por igual período, relatório sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência, no qual apontará a responsabilidade civil e penal dos envolvidos, observado o disposto no art. 186 desta Lei;
- f) arrecadar os bens e documentos do devedor e elaborar o auto de arrecadação, nos termos dos arts. 108 e 110 desta Lei;
- g) avaliar os bens arrecadados;
- h) contratar avaliadores, de preferência oficiais, mediante autorização judicial, para a avaliação dos bens caso entenda não ter condições técnicas para a tarefa;
- i) praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores;
- j) requerer ao juiz a venda antecipada de bens perecíveis, deterioráveis ou sujeitos a considerável desvalorização ou de conservação arriscada ou dispendiosa, nos termos do art. 113 desta Lei;
- l) praticar todos os atos conservatórios de direitos e ações, diligenciar a cobrança de dívidas e dar a respectiva quitação;
- m) remir, em benefício da massa e mediante autorização judicial, bens apenados, penhorados ou legalmente retidos;
- n) representar a massa falida em juízo, contratando, se necessário, advogado, cujos honorários serão previamente ajustados e aprovados pelo Comitê de Credores;

- o) requerer todas as medidas e diligências que forem necessárias para o cumprimento desta Lei, a proteção da massa ou a eficiência da administração;
- p) apresentar ao juiz para juntada aos autos, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao vencido, conta demonstrativa da administração, que especifique com clareza a receita e a despesa;
- q) entregar ao seu substituto todos os bens e documentos da massa em seu poder, sob pena de responsabilidade;
- r) prestar contas ao final do processo, quando for substituído, destituído ou renunciar ao cargo.

Conforme Tomazette (2012) é importante ressaltar que, além de fiscalizar e acompanhar o processo, é função do administrador judicial, prestar informações aos credores interessados, e exigir informações ao devedor, ao administrador da sociedade e aos credores, para que haja o bom andamento do processo.

2.4.3 Plano de recuperação judicial

O plano é a ferramenta em que a empresa demonstrará como vai se recuperar, sendo então a mais importante fase do processo.

Para Coelho (2005, p. 158):

A mais importante peça do processo de recuperação judicial é, sem sombra de dúvidas, o plano de recuperação judicial (ou de reorganização da empresa). Depende exclusivamente dele a realização ou não dos objetivos associados ao instituto, quais sejam, a preservação da atitude econômica e cumprimento de sua função social.

Uma vez que é deferido o processamento o interessado tem 60 dias para apresentar o plano ao juízo. Sendo que o mesmo tem que ter a aprovação dos credores, se não aprovado é decretada a falência.

Conforme o Art. 53;

Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência, e deverá conter:

- discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo;
- I – demonstração de sua viabilidade econômica; e
- II – laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

arágrafo único. O juiz ordenará a publicação de edital contendo aviso aos

credores sobre o recebimento do plano de recuperação e fixando o prazo para a manifestação de eventuais objeções, observado o art. 55 desta Lei.

Torna-se necessário destacar que a empresa interessada antes de entrar com pedido de recuperação judicial, deve providenciar o plano, pois só terá 60 (sessenta) dias para apresentá-lo se o pedido for aceito.

2.4.4 Meios de recuperação judicial

A lei nº. 11.101/2005, disponibiliza no art. 50 os meios de recuperação da empresa em crise, meios esses que serão implementados no plano de recuperação, a lei também concede a empresa liberdade de sugerir outros meios de recuperação judicial, observando a legislação vigente.

Conforme Coelho (2005, p.133):

Como se trata de lista exemplificativa, outros meios de recuperação da empresa em crise podem ser examinados e considerados no plano de recuperação. Normalmente, aliás, os planos deverão combinar dois ou mais meios, tendo em vista a complexidade que cerca as recuperações empresariais.

Os meios de recuperação judicial são os seguintes:

Art. 50. Constituem meios de recuperação judicial, observada a legislação pertinente a cada caso, dentre outros:

- I – concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;
- II – cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;
- III – alteração do controle societário;
- IV – substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos;
- V – concessão aos credores de direito de eleição em separado de administradores e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar;
- VI – aumento de capital social;
- VII – trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;
- VIII – redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;
- IX – dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro;
- X – constituição de sociedade de credores;
- XI – venda parcial dos bens;
- XII – equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de

recuperação judicial, aplicando-se inclusive aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto em legislação específica;
 XIII – usufruto da empresa;
 XIV – administração compartilhada;
 XV – emissão de valores mobiliários;
 XVI – constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor [...].

Cabe a empresa ser criativa e apresentar meios que venham se de acordo com a legislação e sejam eficazes para solucionar a crise financeira.

2.4.5 Representação dos credores

Para Tomazette (2012), é chamada a participação dos credores no processo, por serem os principais interessados no andamento da recuperação da empresa, essa participação poderá ser diretamente ou por representação.

Nesse contexto como afirma Tomazette (2012, p.135).

“Ressalte, desde já, que o administrador judicial não é órgão responsável pela participação dos credores. Ele não é um representante dos credores, ele não defende os interesses dos credores. Por isso, a participação dos credores não se dá por meio do administrador judicial, mas por meio da assembléia e do comitê dos credores.”

Sendo assim é um órgão importante para a continuidade da empresa, pois a participação dos credores é essencial para o andamento do processo.

2.4.6 Assembleia geral de credores

A Assembleia geral de credores é um órgão, onde serão tomadas as decisões mais importantes durante o processo de recuperação judicial, é onde também os credores expressam seus principais interesses individuais e coletivos, buscando meios para resguardar a defesa dos seus interesses em conjunto com a recuperação da empresa.

Assim como afirma Coelho (2011, p. 415):

A assembléia dos credores é o órgão colegiado e deliberativo responsável pela manifestação do interesse ou da vontade predominantes entre os que titularizam crédito perante a sociedade empresária requerente da recuperação judicial sujeitos aos efeitos desta. De maneira geral, nenhuma recuperação de empresa se viabiliza sem o sacrifício ou agravamento do risco, pelo menos em parte, dos direitos de credores. Por esse motivo, em atenção aos interesses dos credores (sem cuja colaboração a

reorganização se frustra), a lei lhes reserva, quando reunidos em assembléia, as mais importantes deliberações relacionadas ao reerguimento da atividade econômica em crise.

Cabe se destacar que os credores têm por meio da assembléia geral de credores as decisões mais importantes para o futuro da empresa.

2.4.7 Comitê de credores

Segundo Tomazette (2012), é de iniciativa dos credores se organizar e manifestar sua vontade, tendo em vista que é por meio desse comitê que a vontade dos credores é acompanhada mais de perto, uma vez que é na Assembléia Geral que se aprovará ou não o plano de recuperação judicial.

É no artigo 26 da Lei 11.101/2005:

Art. 26. O Comitê de Credores será constituído por deliberação de qualquer das classes de credores na assembléia-geral e terá a seguinte composição:
 I – 1 (um) representante indicado pela classe de credores trabalhistas, com 2 (dois) suplentes;
 II – 1 (um) representante indicado pela classe de credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais, com 2 (dois) suplentes;
 III – 1 (um) representante indicado pela classe de credores quirografários e com privilégios gerais, com 2 (dois) suplentes.
 § 1º A falta de indicação de representante por quaisquer das classes não prejudicará a constituição do Comitê, que poderá funcionar com número
 § 2º O juiz determinará, mediante requerimento subscrito por credores que representem a maioria dos créditos de uma classe, independentemente da realização de assembléia:
 I – a nomeação do representante e dos suplentes da respectiva classe ainda não representada no Comitê; ou
 II – a substituição do representante ou dos suplentes da respectiva classe.
 3º Caberá aos próprios membros do Comitê indicar, entre eles, quem irá presidi-lo.

Cabe ao comitê de credores manifestarem na assembléia geral de credores a vontade e a defesa das classes por ele representadas.

2.4.8 Deferimento da recuperação judicial

Se os credores não apresentarem nenhuma objeção ao plano e a assembléia geral o aprovar, o juiz concederá a recuperação judicial à empresa.

Conforme o artigo 58:

Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação

judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembléia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei.

§ 1º O juiz poderá conceder a recuperação judicial com base em plano que não obteve aprovação na forma do art. 45 desta Lei, desde que, na mesma assembléia, tenha obtido, de forma cumulativa:

I – o voto favorável de credores que representem mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembléia, independentemente de classes;

II – a aprovação de 2 (duas) das classes de credores nos termos do art. 45 desta Lei ou, caso haja somente 2 (duas) classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos 1 (uma) delas;

III – na classe que o houver rejeitado, o voto favorável de mais de 1/3 (um terço) dos credores, computados na forma dos §§ 1º e 2º do art. 45 desta Lei.

§ 2º A recuperação judicial somente poderá ser concedida com base no § 1º deste artigo se o plano não implicar tratamento diferenciado entre os credores da classe que o houver rejeitado.

Segundo Tomazette (2012) o juiz concederá por sentença judicial a empresa deverá atuar com nome seguido com expressão em recuperação judicial até que o processo termine.

3 METODOLOGIA

O capítulo comporta toda a metodologia utilizada no trabalho necessária a sua elaboração classificando quanto a abordagem, tipo de pesquisa e procedimentos utilizados.

3.1 METODOLOGIAS DA PESQUISA

Metodologia entende-se por um roteiro da qual deve ser seguido para que seja possível a elaboração correta do trabalho. Para Santos (2000), a palavra metodologia é a fusão de método (processo organizado, lógico e sistemático de pesquisa) com logia (estudo).

Segundo Jung (2004, p. 227) “a metodologia é um conjunto de técnicas e procedimentos que visa viabilizar a execução da pesquisa, obtendo como resultado um novo produto, processo ou conhecimento.”

Quanto à tipologia de pesquisa em relação aos objetivos estabelecidos, a forma abordada é descritiva. De acordo com Gil (1987), a pesquisa descritiva objetiva descrever características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

O procedimento deste trabalho será por meio de uma pesquisa bibliográfica, que trata da pesquisa em materiais já escritos por diversos autores, sendo que os livros são as grandes fontes bibliográficas.

Conforme Cervo e Bervian (2002, p. 65) “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas em documentos.” Realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Quanto à abordagem do problema deste trabalho refere-se a uma pesquisa qualitativa com apresentação dos dados elaborados a partir do estudo de caso. De acordo com Creswell, (2007, p. 46) “na pesquisa qualitativa, os investigadores usam a literatura de maneira consistente com as suposições de aprendizado do participante, e não para prescrever as questões que precisam ser respondidas sob o ponto de vista do pesquisador. Em relação ao estudo de caso o

pesquisador explora em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo ou uma ou mais pessoas”.

Utilizam-se os procedimentos metodológicos descritos com o intuito de desenvolver o trabalho em torno do tema da pesquisa bem como do esclarecimento dos objetivos citados neste.

3.2 PROCEDIMENTOS EMPREGADOS NA PESQUISA

Em relação aos procedimentos para a realização da pesquisa, serão utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica, estudo de caso e pesquisa documental.

Para Oliveira (1997, p.119), “a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”.

Outro procedimento utilizado no estudo é a pesquisa documental. Conforme Pinheiro (2010, p. 23), “a pesquisa documental é elaborada a partir de materiais que não receberam algum tratamento analítico anteriormente.

Como último procedimento utilizado na pesquisa, observa-se o estudo de caso. “Para Gil (1994, p. 58), o estudo de caso é caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados”.

Definido o tipo de pesquisa a ser realizada assim como os procedimentos metodológicos a ser empregado para se atingir o objetivo proposto é dada continuidade ao trabalho com o estudo de caso no capítulo 4.

4 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, apresenta-se a empresa objeto de estudo, sendo que todos os dados levantados foram coletados no: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller Alem de um breve histórico da empresa e a apresentação exemplificada processo da RJ.

4.1 EMPRESA ESTUDADA

O presente trabalho monográfico, além de trazer uma abordagem geral sobre as principais etapas do processo de recuperação judicial, procura demonstrar exemplificativamente com os documentos e ou despachos pertinentes a cada etapa da recuperação judicial da empresa Carbonífera Catarinense Ltda. - em Recuperação Judicial. A empresa tem sede na Rodovia SC 438, S/N – KM 150, localidade de Guatá, município de Lauro Müller – SC

A empresa entrou com pedido de recuperação judicial em 24 de Agosto de 2010, tendo seu processo distribuído pela Vara Única no Município de Lauro Müller, sob nº 087.10.001209-0 na mesma data, sendo que o deferimento do processamento da recuperação judicial ocorreu em 02 de Setembro de 2010, disponibilizado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no dia 03 de Setembro de 2010. Publicação da sentença de concessão da Recuperação Judicial e homologação do Plano de Recuperação em disponibilizado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina 05 de abril de 2011, ambos expedidos pela Exm^a. Sra. Dra. Letícia Pavei Cachoeira

Para a elaboração do Plano de Recuperação, foi contratada a empresa ERIMAR Administração e Consultoria de Empresas S/S Ltda. A empresa estudada ainda esta em recuperação judicial, seguindo todos os passos que se comprometeu no seu plano de recuperação

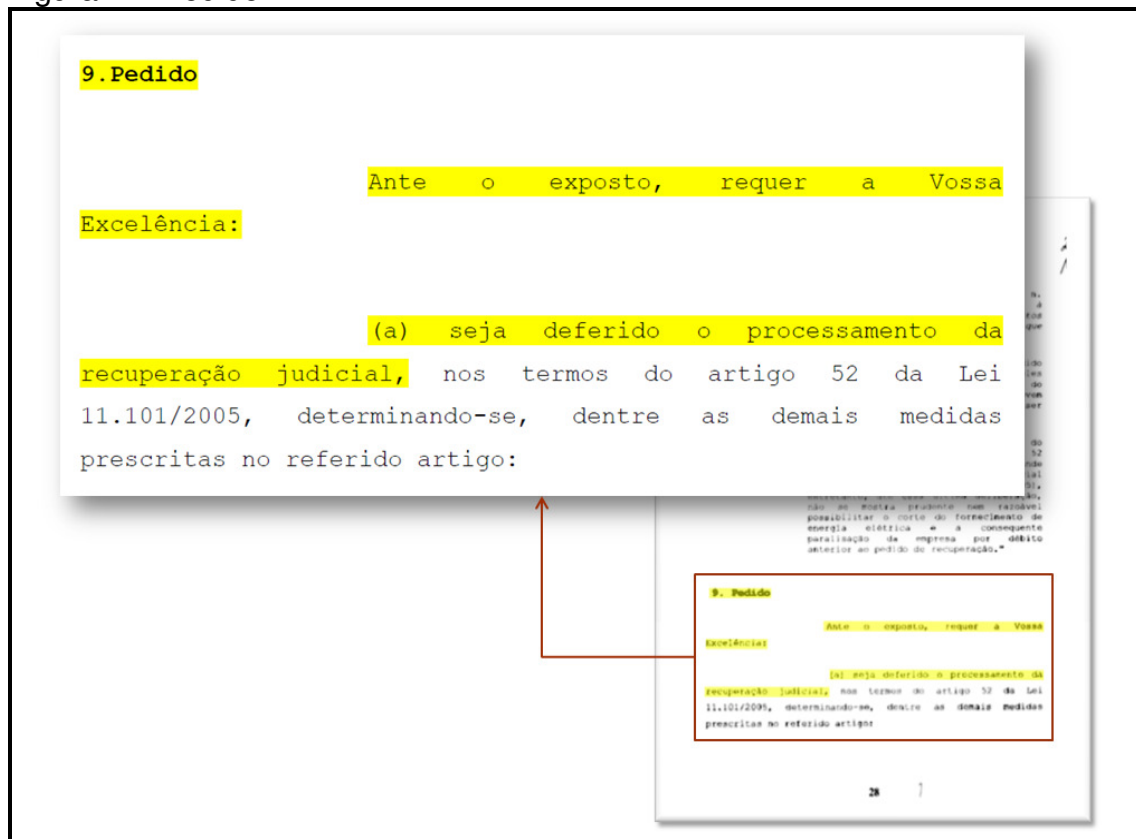
4.2 PETIÇÃO INICIAL

O judiciário só atuará no processo de Recuperação Judicial por meio de uma provocação que se dará através de uma petição inicial apresentada no anexo A.

4.2.1 Petição Inicial - Pedido

A Petição inicial é o instrumento necessário para dar início ao processo de recuperação judicial. Onde o advogado requer o deferimento do processamento da recuperação judicial ao Juízo. A seguir a figura 1 – O Pedido, com exemplo prático:

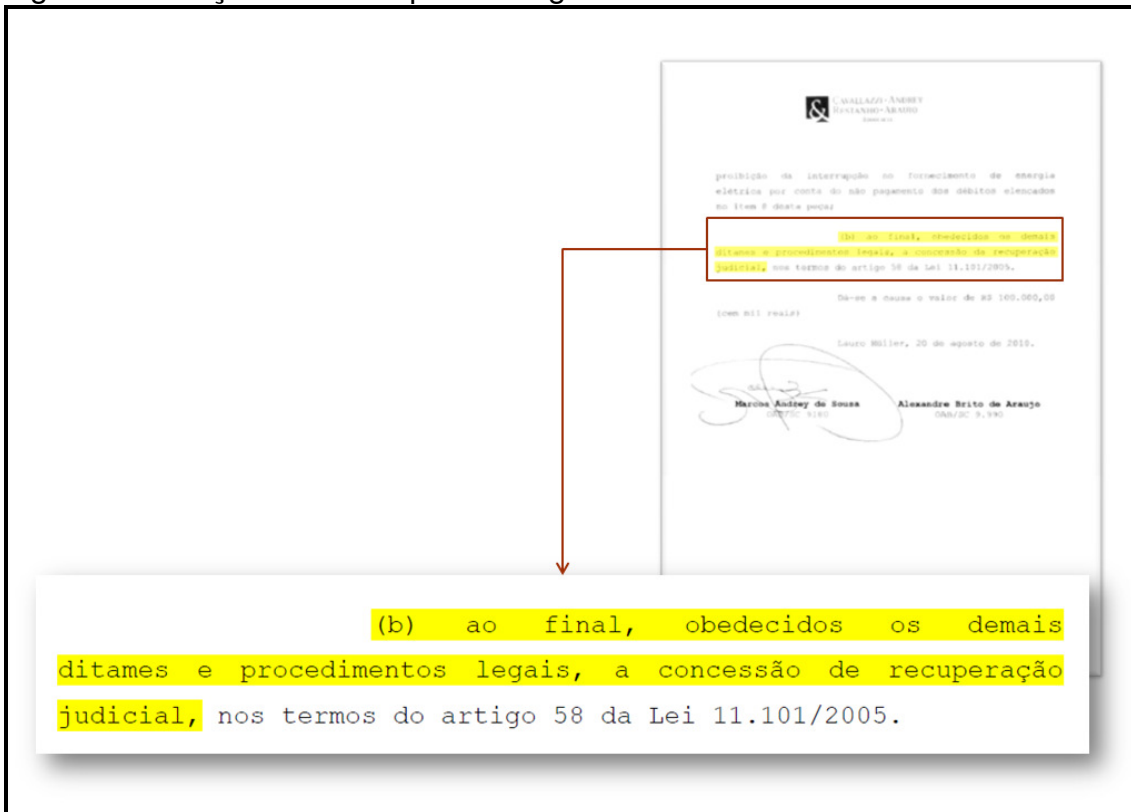
Figura 1 – Pedido.



Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

É necessário que a petição seja subscrita por advogado, que contenha em seu nome procuração para foro geral, a seguir a figura 2 – Petição assinada pelo advogado, com exemplo prático:

Figura 2 – Petição assinada pelo advogado.

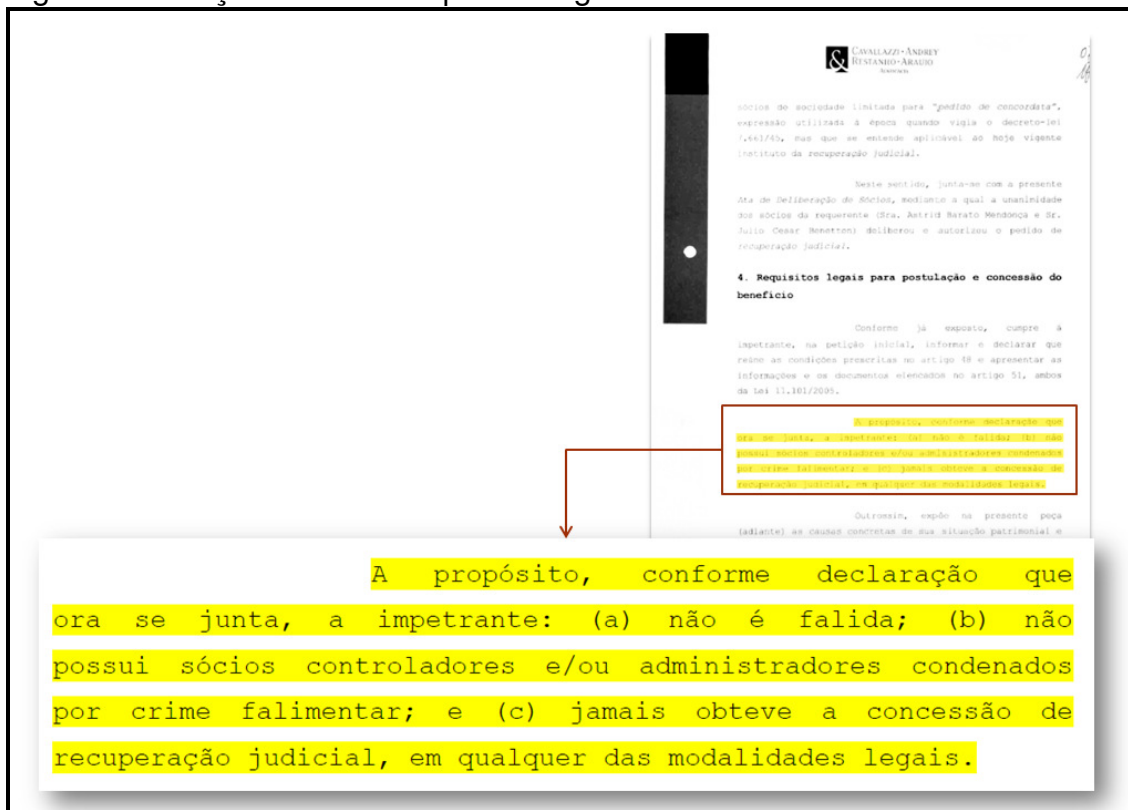


Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

4.2.2 Petição Inicial - Requisitos específicos

O advogado apresenta diante de juízo por meio da petição inicial, que a empresa possui os requisitos que exige o Art.48. Na figura 3 – Petição com as exigências do art. 48, com exemplo prático:

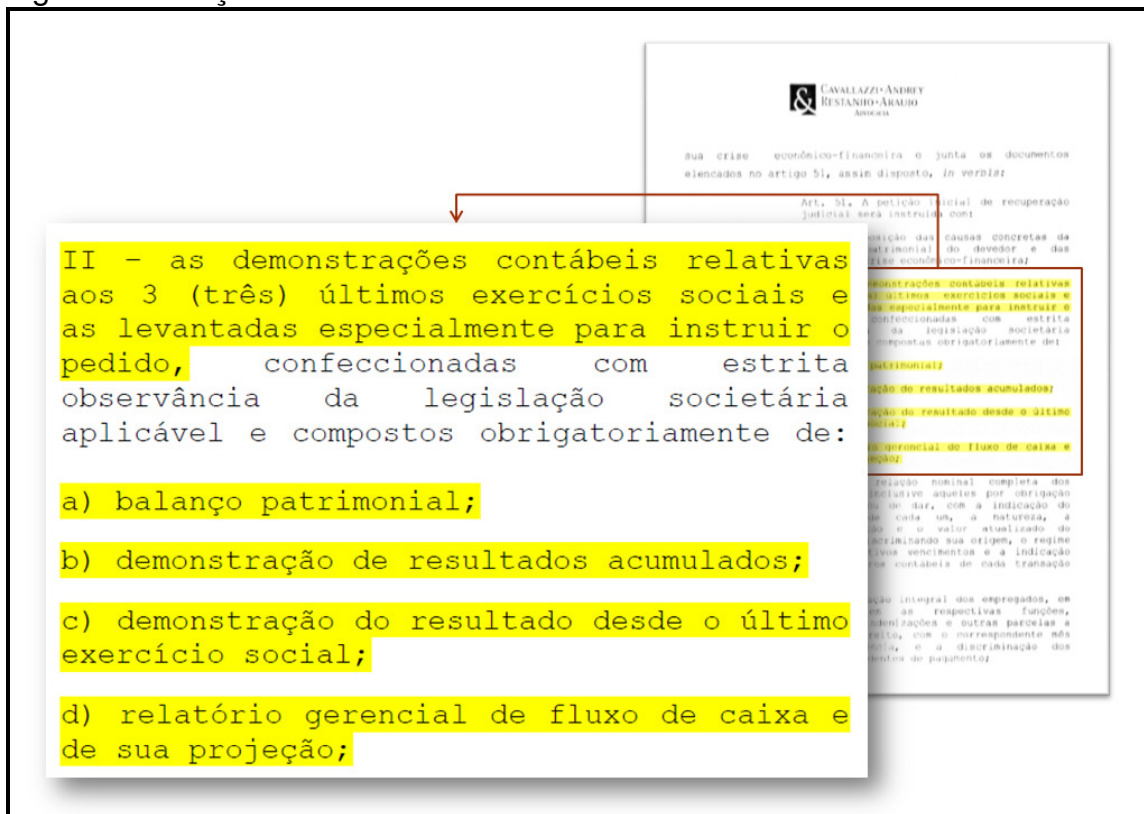
Figura 3 – Petição inicial – Requisitos legais.



Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

A petição inicial deverá conter os demonstrativos contábeis exigidos. A seguir a figura 4 – Petição com as exigências do art. 51, inciso II, com exemplo prático:

Figura 4 – Petição inicial - Demonstrativos contábeis.

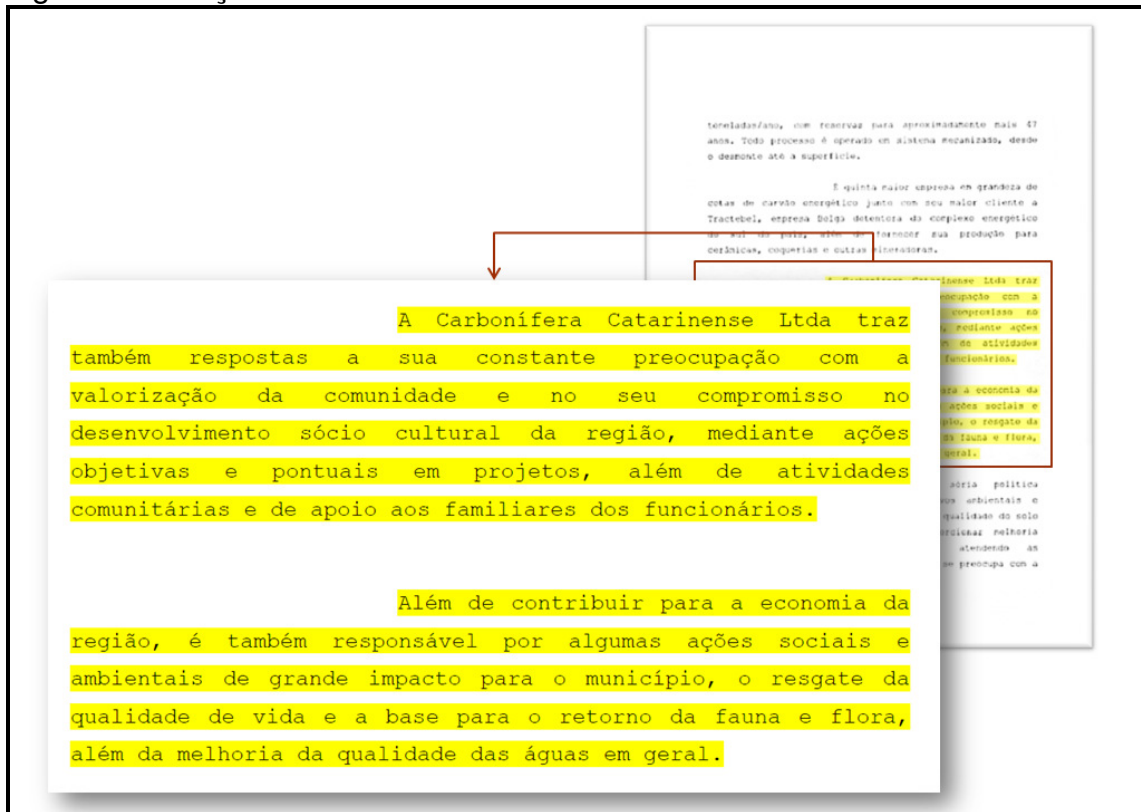


Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

4.2.3 Petição Inicial – Relevância social

A petição inicial o advogado tenta sensibilizar o juízo demonstrando a importância da empresa para a economia regional e sua relevância social. A seguir a figura 5 – Petição com os fatores que demonstram a importância da empresa e sua relevância social, com exemplo prático:

Figura 5 – Petição inicial - Relevância social.

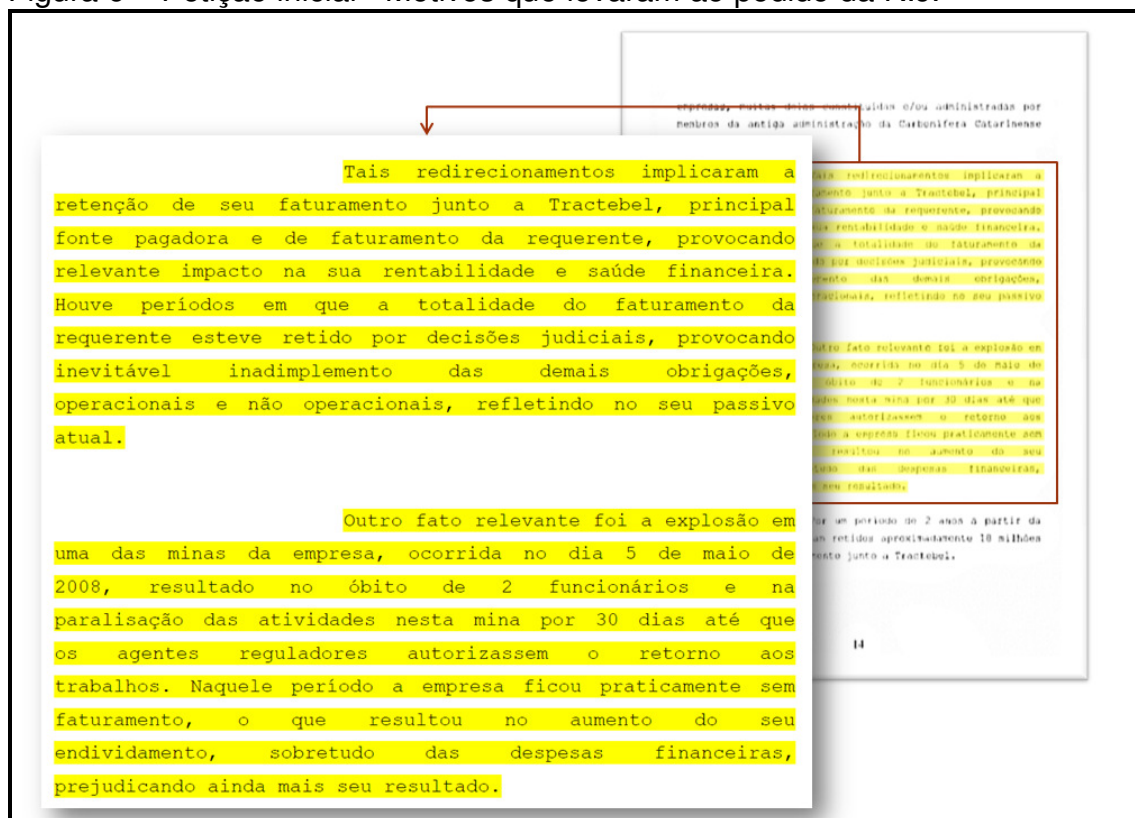


Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

4.2.4 Petição Inicial – Motivos que levaram ao pedido da R.J.

A petição inicial deverá constar os motivos que levaram ao pedido de Recuperação Judicial e as causas concretas e razões da crise financeira. A seguir a figura 6 – Petição com as causas concretas e razões da crise financeira, conforme incisos I do art. 51, com exemplo prático:

Figura 6 – Petição inicial - Motivos que levaram ao pedido da R.J.



Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

Como pode se observar por meio dos exemplos acima, que é de suma importância que o advogado responsável pela confecção da petição inicial, não só cumpra com os requisitos legais exigidos para dar andamento no processo, mas também busque sensibilizar o judiciário dando ênfase a relevância social e os motivos que levaram ao pedido da Recuperação Judicial

4.3 PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

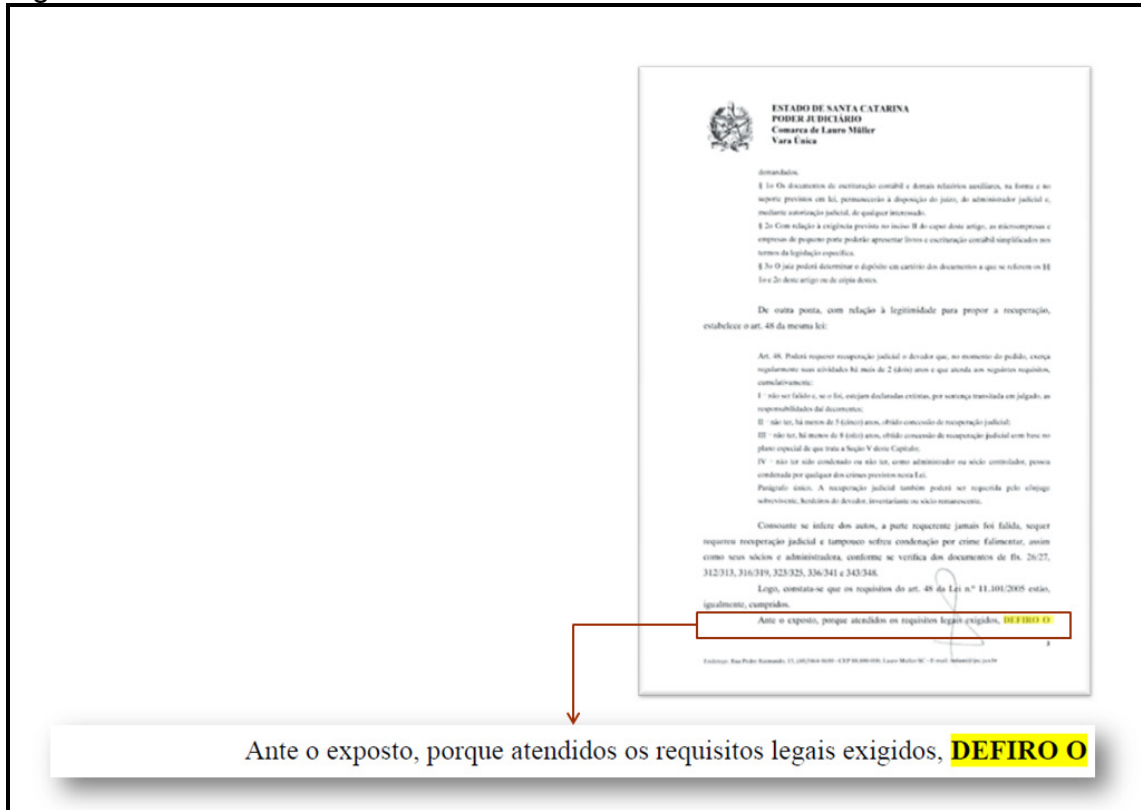
Cumprindo todos os requisitos legais do art. 51 por meio da petição inicial, a Juíza dará andamento ao processo, conferindo o deferimento do processamento apresentado na integra no anexo B.

4.3.1 Deferimento do processamento.

O deferimento do processamento tem caráter inicial de preencher os requisitos legais, não representando a concessão da recuperação judicial à

empresa. Na figura 7 apresenta-se o deferimento do processamento, com exemplo prático:

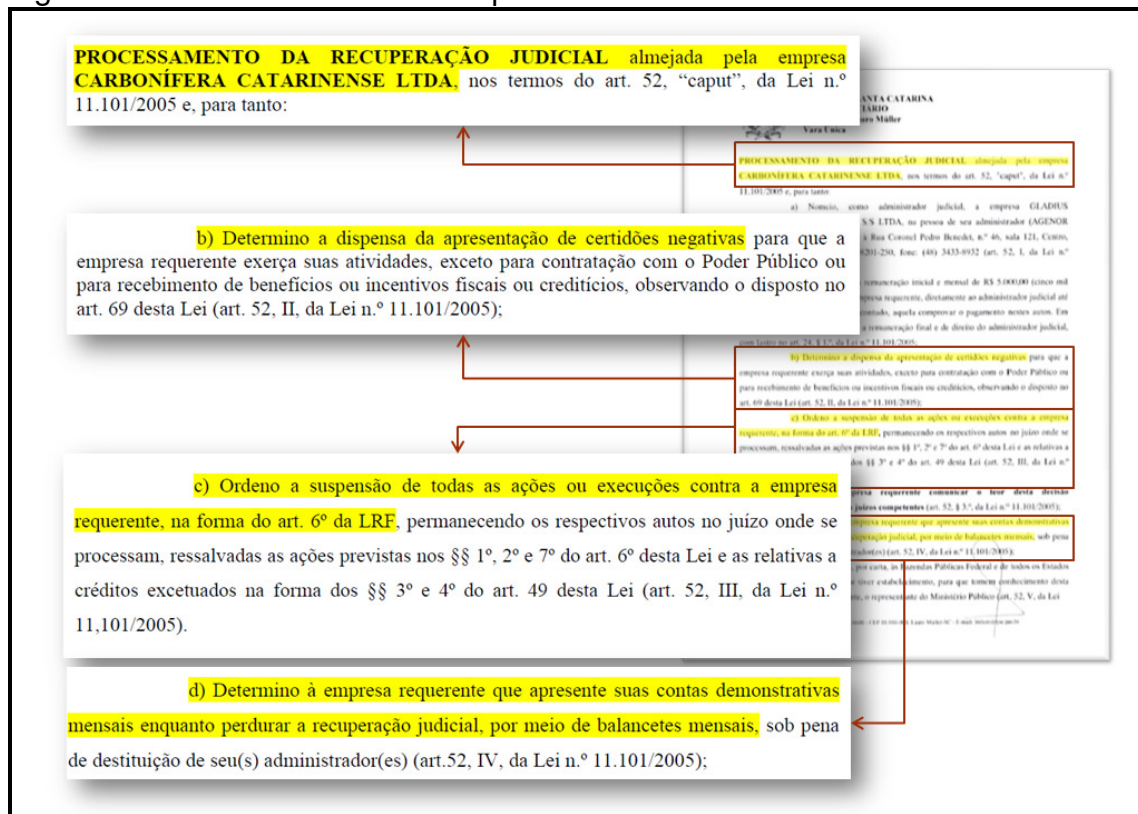
Figura 7 – Processamento – Deferimento.



Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

Com o deferimento do processamento, a juíza determinou a dispensa da apresentação de certidões negativas para que a empresa exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, também neste ato, ordenou a suspensão de todas as ações e execuções contra a empresa, determinou à empresa a apresentação dos demonstrativos contábeis mensais enquanto perdurar a recuperação judicial. Na figura 8 apresenta-se o deferimento do processamento e seus principais efeitos, com exemplo prático:

Figura 8 – Processamento - Principais efeitos.

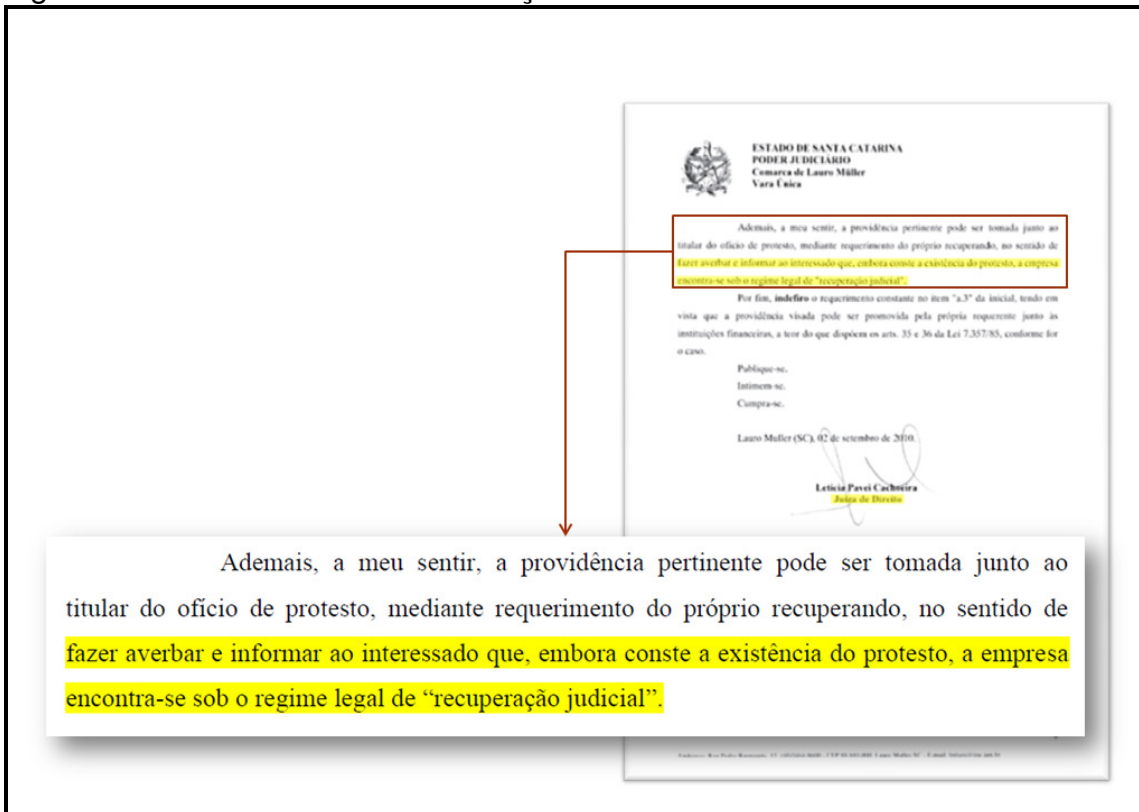


Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

A juíza concede a empresa o direito de, se achar oportuno, averbar a informação no ofício de protesto que esta em regime de recuperação judicial.

A juíza ordenou a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, que contem o resumo do pedido do devedor e da decisão que defere o processamento da recuperação judicial. Na figura 9 segue o deferimento do processamento e a publicidade da decisão, com exemplo prático:

Figura 9 – Processamento – Publicação da decisão.

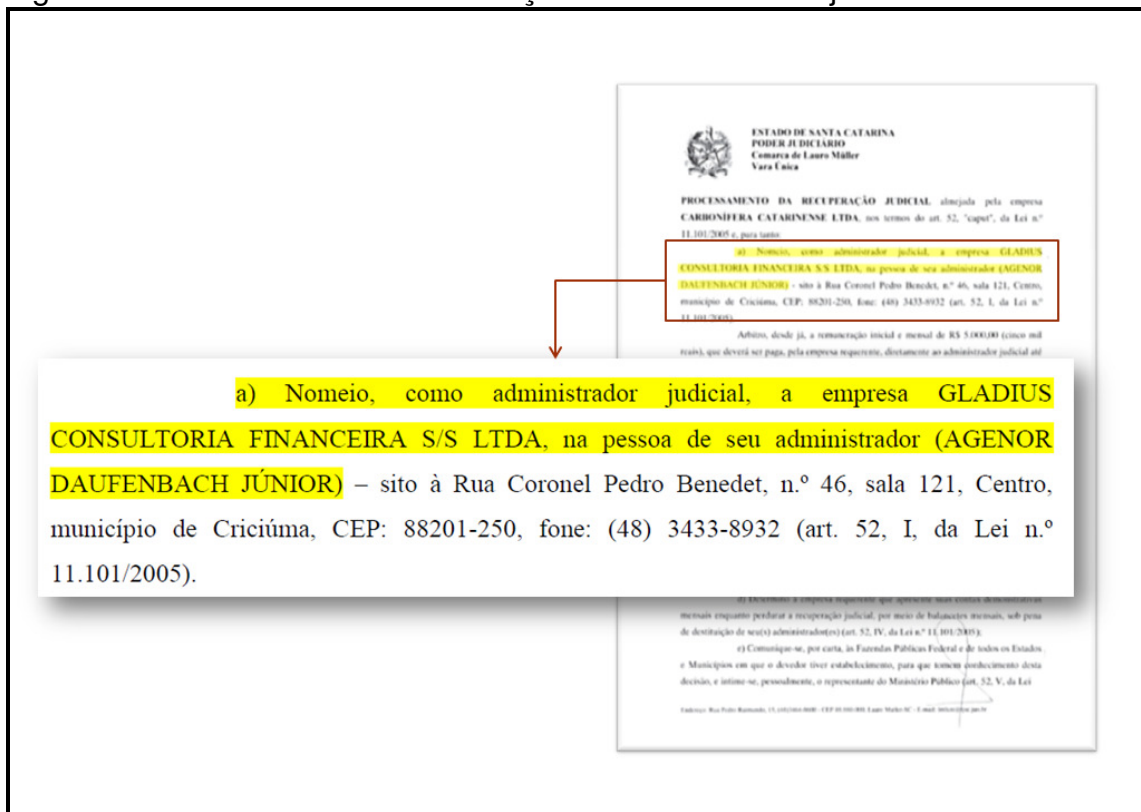


Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

4.3.2 Administrador judicial

Deferindo o processamento a Juíza nomeia o administrador judicial, observado o disposto no art. 21. A seguir a figura 10 – Nomeação do administrador judicial, com exemplo prático:

Figura 10 – Processamento- Nomeação do administrador judicial.



Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

Essa fase do processo é de suma importância para que a empresa já comece a se reorganizar e se preparar para as novas fases do processo, pois com o deferimento do processamento, aumentam as chances do pedido ser homologado.

4.4 PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O plano é a etapa e ferramenta mais importante do processo, em que a empresa demonstrará como vai se recuperar. A seguir a figura 11, a capa do plano que a empresa apresentou, apresentado integralmente no anexo F.

Figura 11 – Plano de Recuperação Judicial- Capa.



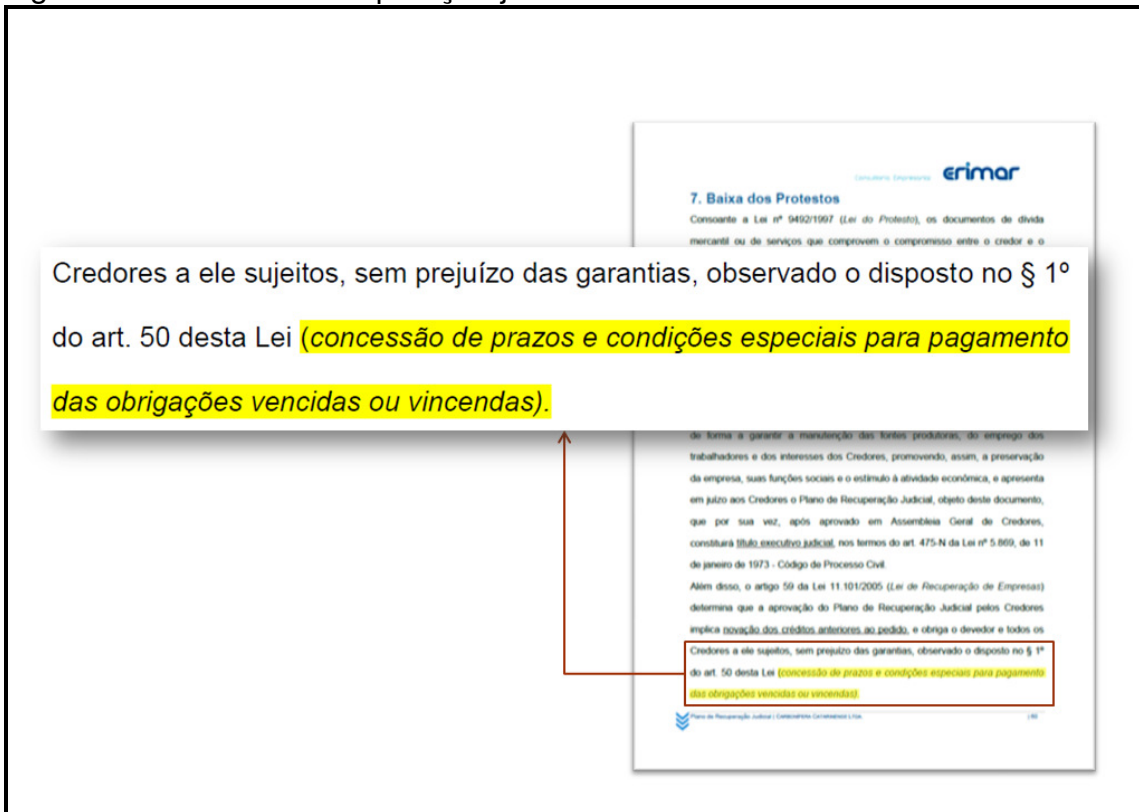
Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

4.4.1 Meios de recuperação judicial

Os meios de recuperação judicial que a empresa utilizou no plano foram o inciso I – concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas, e o inciso XI – venda parcial dos bens.

A seguir nas figuras 12 e 13, os meios de recuperação que a empresa apresentou no plano.

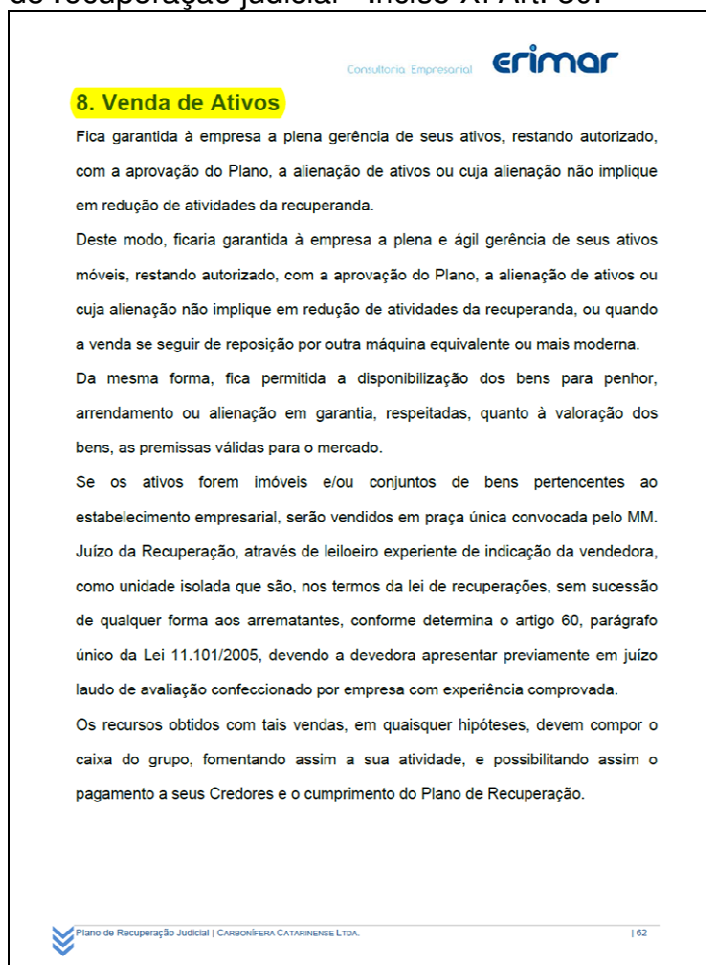
Figura 12 – Meios de recuperação judicial - Inciso I Art. 50.



Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

Segue na figura 13 a utilização do inciso XI – Venda parcial de bens. A empresa se utilizou da venda de ativos como pagamento parcial de sua dívidas.

Figura 13 – Meios de recuperação judicial - Inciso XI Art. 50.



Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

O plano deve ser elaborado com criatividade para sensibilizar os credores e realista com a escolha dos meios certos para poder convencê-los que é possível da empresa se recuperar.

4.5 ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES

A assembléia geral de credores foi realizada no salão do júri do Fórum da comarca de Lauro Muller, no dia 14/03/2011, as 09:00 h, sendo convocados os credores e demais interessados por edital publicado em jornais de grande circulação da região, onde os credores expressam seus principais interesses individuais e coletivos, buscando meios para resguardar a defesa dos seus interesses. Foi apresentada a cópia integral da ata no anexo H.

A seguir a figura 14, uma parte da ata da assembleia geral de credores:

Figura 14 – Ata da assembleia geral de credores - Qualificação.

627
b

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA
CNPJ Nº 80.418.208/0001-20

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES DA CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA em recuperação judicial, no salão do Juri do Fórum da Comarca de Lauro Muller, sito a Rua Pedro Raimundo, 15 – Centro – Lauro Muller - SC, **REALIZADA NO DIA 14/03/2011, às 09:00 hs**, tendo sido convocados os credores e demais interessados por Edital Publicado no Jornal A Tribuna com circulação nos municípios de Criciúma, Urussanga, Cocal do Sul, Orleans, Lauro Muller e Região do dia 14/02/2011, e Jornal Notisul com circulação na Tubarão, Gravatal, Capivari de Baixo, Orleans, Braço do Norte, Lauro Muller e Região também do dia 14/02/2011, e Diário da Justiça Eletrônico DJE nº 1096 de 14/02/2011, pag. 816. Presentes os credores cujas assinaturas foram apostas no registro de presenças em anexo, sendo composta a mesa na condição de presidente **Agenor Daufenbach Junior**, representante da sociedade empresária **Gladius Consultoria e Gestão Empresarial S/S Ltda**, *administradora judicial* e na condição de secretário, designado o **Dr. Alexandre Reis de Faria**, procurador constituído para o ato e representante sociedade empresária credora **De Lupo. A. Silva Ferragens Ltda**, sendo que o Presidente declarou abertos os trabalhos e passou a verificar o quórum em cumprimento aos requisitos do art. 37 § 2º da Lei nº 11.101/2005. Assim, constatando-se estar presentes mais da metade dos créditos de cada classe com 64,57% dos credores da classe trabalhista, 100% dos credores com garantia real e 74,32% do credores da classe quirografária, o Presidente **declarou instalada a assembléia**, passando juntamente com os demais presentes a deliberarem a pauta do dia na seguinte ordem: **1) Aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial**

Rua Rui Barbosa, 149 - Sala 405/406 - Centro - CEP: 88801-120 - Criciúma - SC
Fone/Fax: (41) 3433-4525 / 3433-4992 - www.gladiusconsultoria.com.br

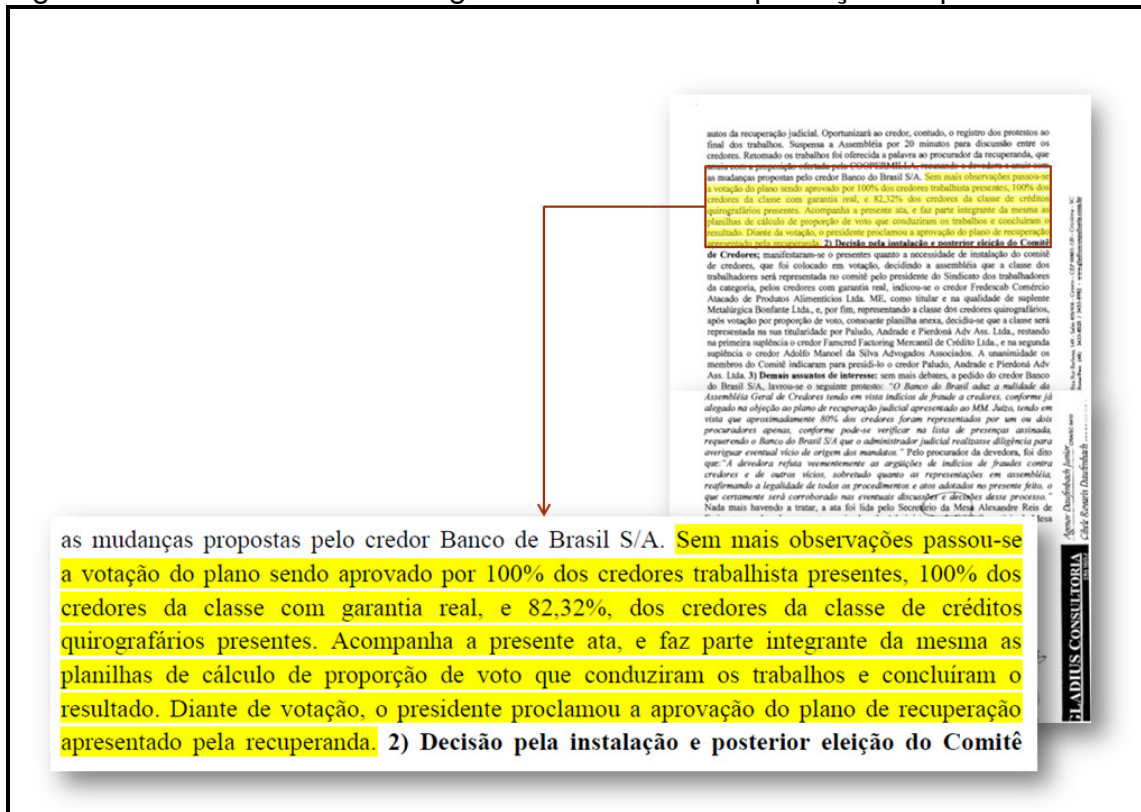
Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

4.5.1 Aprovação do plano pela assembleia geral de credores

Estando presentes os credores, foi declarado pelo administrador judicial o Sr. Agenor Daufenbach Júnior da empresa Gladius Consultoria Financeira S/S Ltda. inicio a votação do plano, tendo a aprovação da maioria nas três classes de credores, o presidente divulgou o resultado, aprovando o plano de recuperação apresentado pela empresa.

A seguir a figura 15, uma parte da ata da assembleia geral de credores com aprovação do plano:

Figura 15 – Ata da assembleia geral de credores – Aprovação do plano.



Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

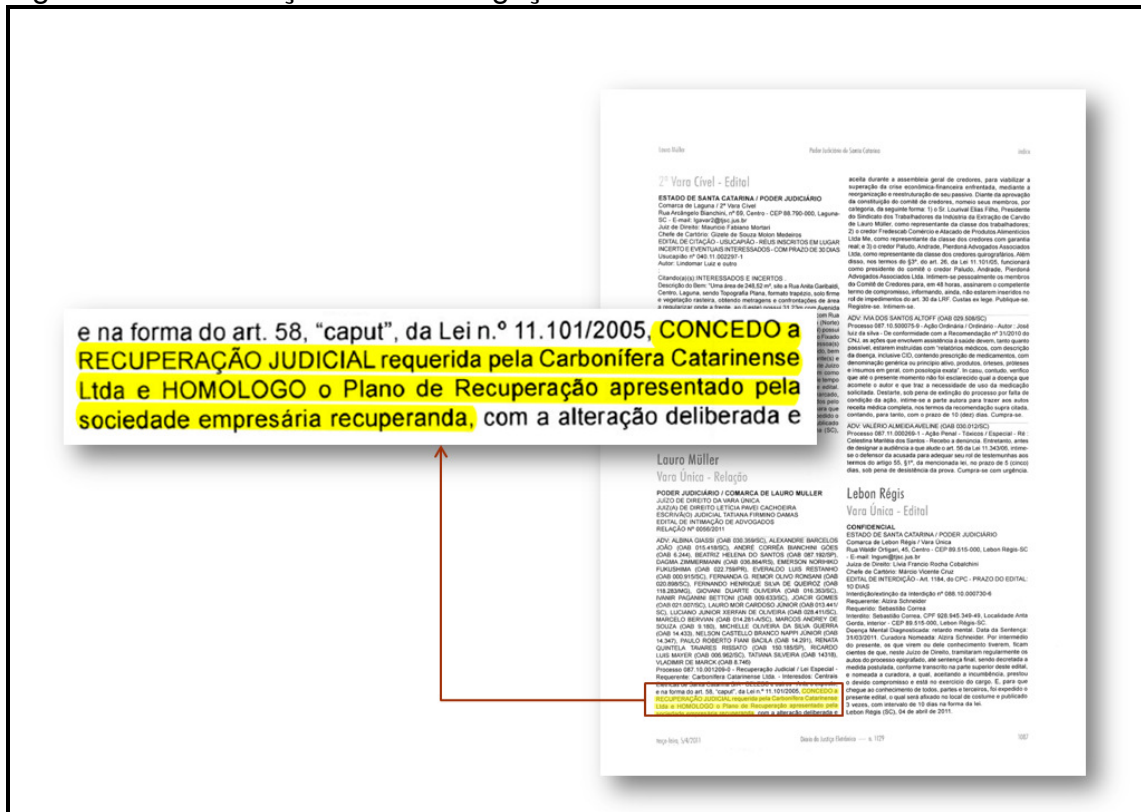
A participação dos credores é fundamental para dar continuidade no processo, sendo que eles vão se sacrificar de alguma forma para empresa se recuperar, cabendo a eles decidir se a empresa deve se recuperar ou não.

4.6 HOMOLOGAÇÃO DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PUBLICAÇÃO

Cumprida as principais etapas do processo e após a aprovação do plano de recuperação judicial, pela assembleia geral de credores a juíza decide pela homologação da recuperação judicial dando publicidade por meio no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 05 de abril de 2011, conforme anexo I.

A seguir a figura 16, Publicação da homologação da decisão do Juízo, com exemplo pratico.

Figura 16 – Publicação da homologação da decisão do Juízo.



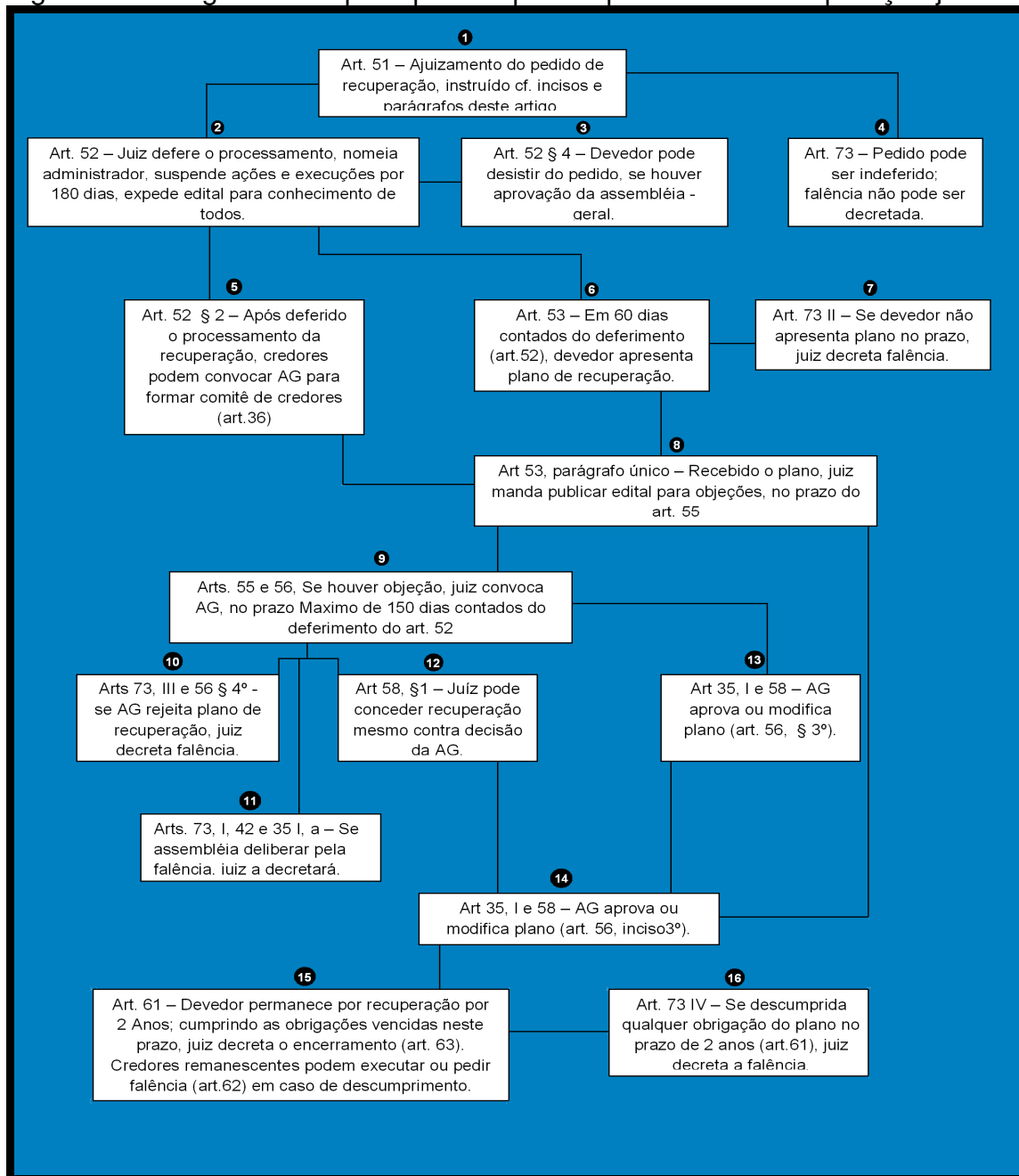
Fonte: Processo nº 087.10.001209-0 Comarca de Lauro Muller

Nessa fase do processo é o início da recuperação da empresa, e também o início da execução do plano de recuperação judicial de fato, sendo que é importante destacar que a falência pode ser decretada a qualquer momento, caso a empresa não cumpra com o que está descrito no plano.

4.7 DIAGRAMA DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Para melhor compreender a principais etapas e fases processo de recuperação judicial apresenta-se a seguir um diagrama norteando todo o processo:

Figura 17 – Diagrama das principais etapas do processo de recuperação judicial.



Fonte: DARÓS (2011, p 36)

É importante destacar que ter o conhecimento das etapas e fases do processo de recuperação judicial, é um fator importante para que a empresa possa se adiantar e ter sucesso em cada etapa. Uma vez que o sucesso depende de prazos judiciais, aprovação do juízo, aprovação da assembleia geral de credores e a homologação do plano, para que ela possa se recuperação e superar a crise financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi exposto no presente trabalho monográfico, conclui-se que a lei nº 11.101/2005, lei de falências e recuperação judicial, trouxe um novo fôlego para empresas em dificuldades econômico-financeiras, uma verdadeira revolução no direito falimentar brasileiro tendo em vista que na antiga lei de falência Decreto-Lei nº. 7.661/45, a empresa não possuía dispositivos legais para sua recuperação.

A lei nº 11.101/05 traz ao direito falimentar ferramentas e elementos capazes de reverter a situação de crise das empresas, trazendo uma nova relação entre credor e devedor.

Diante disso, a empresa deve requerer processualmente e por meio de advogado seu pedido de recuperação. Sendo deferido seu processamento a empresa deve provar por meio do plano de recuperação judicial sua importância social e capacidade de reverter sua situação de crise, tendo em vista que nesta fase o juiz nomeará um administrador judicial que intermediará todas as fases do processo.

A criatividade na elaboração do plano de recuperação judicial é necessária para ganhar a credibilidade dos credores, uma vez que é na assembleia geral dos credores que se aprovará o plano.

Com a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores, é concedida a recuperação judicial a empresa ficará sendo acompanhada pelo juízo por 2 (dois) anos.

REFERÊNCIA

- ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falência e recuperação de empresa:** de acordo com a Lei n. 11.101/2005. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 417 p.
- BEUREN, Ilse Maria e outros. 2006. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade** - Teoria e Prática. 3ª Ed. Atlas.
- BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências comentada: Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005:** comentário artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2007.
- BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências comentada: Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005:** comentário artigo por artigo. 5. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2008.
- BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências comentada: Lei 11.101/2005:** comentário artigo por artigo. 6. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2009.
- CAHALI, Yussef Said. . **Código civil;** Código de processo civil; Código comercial; Legislação civil, processual civil e empresarial; Constituição Federal. 10. ed., rev. ampl. e atual São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. 1900 p.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p.
- COELHO, Fábio Ulhoa. 2013. **Manual de direito comercial:** direito de empresa. 25. ed São Paulo: Saraiva. 554 p.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários a nova lei de falências e recuperação de empresas.** São Paulo: Saraiva, 2005, 198 p.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, 257 p.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, 257 p. – Direito de empresa, 19. ed., São Paulo: Saraiva, 2007, p. 308.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial.** 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, 257 p. – Direito de empresa, 19. ed., São Paulo: Saraiva, 2011, p. 549.
- CRESWELL, John W. 2007. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed Porto Alegre: Artmed. 248 p.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DARÓS, Catia Macam. **Uma abordagem geral sobre a recuperação judicial de empresas com estudo de caso em uma indústria de fritas e esmaltes cerâmicos**. 2011. 76 p. **Orientador:** Edson Cichella. Monografia do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma – SC.

Decreto-lei Nº 7.661, de 21 de Junho de 1945.. Dispõe sobre a Lei de Falências. Disponível em: Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987. 189 p.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 2 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1994. 112 p.

HARADA, Kiyoshi. **Aspectos tributários da nova lei de falências:** comentários à LC 118 de 09/02/2005. 1ed. (ano 2005), 2 tir. Curitiba: Juruá, 2006. 132 p.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento:** aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004. 312 p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

PINHEIRO, José Maurício. **Da iniciação científica ao TCC:** uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. xv, 161 p.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial:** falência e recuperação de empresas. 2. ed São Paulo: Atlas, 2012.

ANEXO(S)